

12.3.2.3 - Anexo ao balanço e à demonstração de resultados consolidados referente ao exercício económico de 2011

I – Informações relativas às entidades incluídas na consolidação e outras

1- Relativamente às entidades incluídas na consolidação:

Na consolidação foram incluídos o Instituto Politécnico de Viseu e os Serviços de Acção Social.

<p>Designação: Instituto Politécnico de Viseu (IPV)</p> <p>Endereço: Av.ª José Maria Vale de Andrade</p> <p>Código de classificação orgânica: 11.1.01.27.01</p> <p>Código de classificação orgânica PIDDAC: 15.8.04.27.01</p> <p>Tutela: Ministério do Ensino e da Ciência</p> <p>Regime Financeiro: Serviços e Fundos Autónomos</p> <p>NPC: 680 033 548</p>

<p>Designação: Serviços de Acção Social do Instituto Superior Politécnico de Viseu</p> <p>Endereço: Av. José Maria Vale de Andrade – Campus Politécnico 3504-510 Viseu</p> <p>Código da Classificação Orgânica: 15 1 042702</p> <p>Tutela: Ministério da Educação e Ciência</p> <p>Regime Financeiro: Serviço e Fundos Autónomos</p> <p>NPC: 600 044 742</p>
--

Esta consolidação está prevista no artigo 77º dos Estatutos do IPV, publicados a através do Despacho Normativo nº 12-A/2009, em 27 de Março.

3- Número médio de trabalhadores ao serviço durante o exercício

Os recursos humanos afectos-~~704~~- dizem respeito ao Pessoal Docente e Pessoal Não Docente, distribuídos pelas seguintes categorias:

- 438 docentes a que correspondem 390,1 docentes ETÍ's (equivalentes a tempo inteiro)
- 255 trabalhadores
- 11 dirigentes, dos quais 4 a desempenhar as Presidente (1) e Vice-Presidente(3) do Instituto.

O efetivo deste Instituto, à data de 31/12/2011, era constituído por **704 trabalhadores**, dos quais:

Docentes	Dirigentes	Não Docente
438	11	255

Dos 438 docentes, apenas **390,1** correspondem a docentes equivalentes a tempo inteiro (*ETI's*) dado que muitos estavam contratados **em regime de tempo parcial**.

Os docentes equivalentes a tempo inteiro, por Escola integrada, eram:

		ESEV	ESTGV	ESAV	ESSV	ESTGL
Nº Docentes ETI's	M	44,1	127,7	19,5	14,8	17,5
	F	50,6	47,1	21,5	26,9	20,4
Total		94,7	174,8	41	41,7	37,9
Estrutura		24%	45%	10,5%	10,5%	10%

Os docentes *ETI's* encontravam-se distribuídos da seguinte forma:

Docentes	Categorias	Nº Docentes	Observações	Artigo 30º do RJIES
CARREIRA	Professor Coordenador	45	Dos quais 44 em regime de tenure	40%
	Professor Adjunto	131	Dos quais 44 estão em CTFP-TI em regime experimental	
TOTAL		176		
	Assistentes 1º triénio	86,4		60%
	Prof Adjuntos convidados	22,5		
	Assistente 2º triénio	105,2		
TOTAL		214,1		
TOTAL GERAL		390,1		

A modalidade de vinculação por grupos e género encontra-se refletida no quadro seguinte:

		CT em funções públicas por tempo indeterminado	CT em Funções Públicas a termo resolutivo certo	Comissão de serviço no âmbito da LVCR	Totais
Dirigentes	M			6	6
	F			5	5
Total				11	11
Docentes	M	93	143		236
	F	71	131		202
Total		164	274		438
Pessoal Não Docente	M	78			78
	F	177			177
Total		255			255
Totais	M	171	143	6	320
	F	248	131	5	384
Total		419	274	11	704

Os **10 dirigentes** encontram-se distribuídos internamente da seguinte forma:

		Serviços Centrais	ESEV	ESTGV	ESAV	ESSV	ESTGL	SAS
Nº dirigentes	M	6		1				
	F	2		1				1
Total		8		2				1
Estrutura		73%		18%				9%

O **pessoal não docente** encontrava-se assim distribuído pelas diversas unidades integradas:

		Serviços Centrais	ESEV	ESTGV	ESAV	ESSV	ESTGL	SAS	Total
Nº	M	25	7	21	8	6	4	7	78
Trabalhadores	F	30	29	31	14	19	11	43	177
Total		55	36	52	22	25	15	50	255

Orgânica e financiamento interno

Estatutos do IPV: Despacho Normativo nº 12-A/2009 publicado na 2ª série Diário da República n.º 61/2009, de 27/03 e a Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro.

Natureza Jurídica: O IPV é uma pessoa coletiva do direito público dotado de autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar.

O IPV integra as seguintes **unidades de ensino e investigação:**

- Escola Superior de Educação de Viseu
- Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu
- Escola Superior Agrária
- Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego
- Escola Superior de Saúde
- Centro de Estudos em Educação, Tecnologias e Saúde (CI&DTES).

Estatutos dos SAS: Despacho Normativo n.º 12-A/2009 publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 61, de 27 de Março.

Natureza Jurídica: pessoa coletiva de direito público dotado de autonomia administrativa e financeira.

Descrição sumária das atividades do IPV

Ao Instituto cabe-lhe nomeadamente:

-A criação, transmissão e difusão do saber de natureza profissional, através da articulação do estudo, do ensino, da investigação, orientada e do desenvolvimento experimental;

-A realização de ciclos de estudos visando a atribuição de graus académicos, bem como de cursos pós-secundários, de cursos de formação pós-graduada e outros, nos termos da lei;

-A criação do ambiente educativo apropriado às suas finalidades;

-A realização de investigação e o apoio e participação em instituições científicas;

-A transferência e valorização económica do conhecimento científico e tecnológico;

-A promoção e apoio á inserção dos estudantes e dos seus diplomados no mundo do trabalho;

-A realização de ações de formação profissional e de atualização e conhecimentos;

-A prestação de serviços à comunidade e de apoio ao desenvolvimento;

-A cooperação e o intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições congéneres, nacionais e estrangeiras;

-A contribuição, no seu âmbito de atividade, para a cooperação internacional e para a aproximação entre os povos, com especial destaque para os países de língua oficial portuguesa e os países europeus;

-A produção e difusão do conhecimento e da cultura.

Aos **Serviços de Acção Social** cabem-lhe nomeadamente:

-Atribuir bolsas de estudo;

-Conceder auxílios de emergência;

-Promover a criação, manutenção e funcionamento de residências, refeitórios, bares e snack-bares;

-Promover a criação, manutenção e funcionamento dos serviços de informação, reprografia, apoio bibliográfico e de material escolar;

-Promover o estabelecimento de protocolos com os serviços locais, regionais, nacionais e internacionais, a fim de facilitar a integração e o acesso aos estudantes;

-Promover o estabelecimento de protocolos com o Ministério da Saúde, a fim de facilitar o acesso dos estudantes às unidades de restauração (estágios da Escola Superior de Saúde);

-Apoiar as atividades desportivas e culturais;

-Desenvolver outras atividades que, pela sua natureza, se enquadrem nos fins gerais da acção social, nomeadamente a definição de um sistema de bolsas-empréstimo, com a participação de instituições bancárias.

Organização contabilística

O Instituto dispõe de uma norma de controlo interno, normas de procedimentos e regulamentos de:

-Aquisição e gestão de existências;

-Fundo de maneiio;

-Liquidação de cobrança de receita;

-Cadastro e inventário dos bens do imobilizado.

No âmbito da implementação do sistema de gestão de qualidade estão criados procedimentos e impressos próprios no que diz respeito à aquisição de bens e serviços.

Os Serviços de Acção Social dispõem de uma norma de controlo interno, normas de procedimentos e regulamentos de:

– Aquisição e gestão de existências

– Fundo de maneiio

– Liquidação e cobrança de receita

– Cadastro e inventário dos bens do imobilizado.

– Receita

Durante o ano económico de 2011 utilizou-se o livro de registos de faturas, conta correntes dos movimentos bancários e folha de cofre. Aqueles documentos estão informatizados.

O arquivo de documentação é feito por rubrica orçamental e fonte de financiamento. O processo de arquivo é constituído pelos seguintes elementos:

- ☑ proposta de requisição e/ou informação do serviço/departamento que requisitou o bem e/ou serviço
- ☑ cabimento de verba
- ☑ requisição oficial ou cópia do contrato (quando aplicável)
- ☑ factura do fornecedor
- ☑ documento de autorização do pagamento
- ☑ documento de pagamento
- ☑ recibo e/ou comprovativo de pagamento (cópia do extracto bancário)

De acordo com o estipulado no Decreto de Execução Orçamental nº72-A/2010, de 18 de Junho, são elaborados mensalmente os mapas 7.1 e 7.2 – Mapas de controlo de execução orçamental – Despesa e receita previsto no POC - Educação.

III – Informações relativas aos procedimentos de consolidação

6 – Métodos de consolidação adotados

O método de consolidação utilizado foi o da simples agregação que consiste na soma linha por linha dos balanços e das demonstrações de resultados das entidades pertencentes ao grupo público, eliminadas que estejam as operações de transferências e subsídios efetuadas entre as entidades e dos resultados incorporados em ativos relativos a operações efetuadas entre as entidades.

Os movimentos de consolidação compreenderam a anulação de saldos e transações intra-entidades relacionadas com:

- a) Transferências internas: 346.441,00€

b) Vendas internas: 1.033,80€

c) Vendas internas: 4.311,81€

Informa-se ainda que não existiam, a 31/12/2011, quaisquer saldos em dívida entre as duas entidades.

9 – Acontecimentos importantes ocorridos após a data das demonstrações financeiras individuais

Não se verificaram acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados de qualquer uma das entidades incluídas na consolidação entre a data do balanço destas entidades e a data do balanço consolidado.

V- Informação relativas a políticas contabilísticas

18 - Princípios, normas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados

Os princípios e normas contabilísticas adoptados foram os constantes no POC-Educação, por forma a dar uma imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e resultados desta Instituição de Ensino Superior, tendo sido consistentes e homogéneos relativamente a todas as entidades compreendidas no perímetro de consolidação.

Todas as entidades incluídas nas demonstrações financeiras foram consolidadas pelo método da simples agregação, depois de proceder à eliminação das operações e saldos ocorridos entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação.

O imobilizado corpóreo, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, está valorizado ao custo de aquisição. Relativamente aos edifícios do domínio público (Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego e Escola Superior de Educação) o valor inscrito é o que efetivamente foi gasto com as obras

de ampliação e grandes reparações ocorridas nos edifícios. Naquele valor não está refletido o custo de aquisição dos referidos edifícios, pois a Instituição continua a aguardar a emissão dos autos de cedência, por parte Direção Geral do Património, que tem vindo a solicitar por escrito para efeitos de regularização desta situação.

A Escola de Saúde está registada de acordo com o valor constante em escritura, tendo sido reforçado aquele valor em virtude de obras de ampliação e remodelação ocorridas no edifício (ao custo de aquisição).

Os ativos cedidos/transferidos por terceiros foram mensurados pelo valor constante dos registos contabilísticos da entidade de origem.

As amortizações estão calculadas de acordo com o método das quotas constantes, sendo utilizadas para o efeito as taxas máximas permitidas previstas no Decreto Regulamentar nº2/90, de 12 de Janeiro, para os bens com entrada em funcionamento até 31 de Dezembro de 1999, e na Portaria nº 671/2000, de 17 de Abril, em data posterior.

As disponibilidades em Instituições Financeiras estão expressas pelos montantes dos saldos das contas de depósitos e meios de pagamento. Não existem disponibilidades em moeda estrangeira.

Os livros e revistas, constantes do inventário da Instituição, não estão sujeitos a amortização.

As existências são valorizadas pelo custo de aquisição.

Todas as entidades incluídas na consolidação procederam em obediência ao princípio da especialização do exercício.

VI- Informações relativas a determinadas rubricas:

22 - Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado

Os movimentos ocorridos nas principais rubricas do activo imobilizado e amortizações respetivas encontram-se descritos nos quadros seguintes:

Imobilizado corpóreo

euros-

Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Abates		Saldo final
			Abates	regular	
De imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais.....	833.240,35				833.240,35
Edifícios e outras construções.....	31.328.791,83	128.650,12			31.457.441,95
Equipamento e material básico.....	10.199.013,36	236.376,89	36.042,35	131,31	10.399.216,59
Equipamento de transporte.....	604.881,83	253.701,68			858.583,31
Ferramentas e utensílios.....	327.170,04	6.596,64	2.530,90	-310,75	331.546,53
Equipamento administrativo.....	5.924.681,05	134.643,74	13.326,01		6.045.998,78
Taras e vasilhame.....					
Outras imobilizações corpóreas.....	549.118,62	17.197,84			566.316,46
	49.766.897,08	777.166,91	51.899,26	-179,44	50.492.344,17

Amortizações

Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Regularizações	Saldo final
De imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais.....				
Edifícios e outras construções.....	6.032.350,64	575.740,94		6.608.091,58
Equipamento e material básico.....	8.481.180,34	557.766,24	-36.465,05	9.002.481,53
Equipamento de transporte.....	505.028,79	55.219,42	55.866,68	616.114,89
Ferramentas e utensílios.....	283.230,86	17.004,97	-2.530,90	297.704,93
Equipamento administrativo.....	5.422.090,81	199.405,57	-13.748,75	5.607.729,63
Taras e vasilhame.....				
Outras imobilizações corpóreas.....	223.004,72	35.520,35	17,73	258.542,80
	20.946.886,16	1.440.657,49	3.139,71	22.390.683,36

Imobilizado em curso

Em 2011 existia imobilizado em curso no montante de **502.745,27€** referente ao:

-Projeto para ampliação da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego.

-Projeto para construção do pavilhão polidesportivo multiusos do Campos Politécnico do IPV.

-Projeto para construção de unidade pedagógica e de investigação do Departamento de Indústria Alimentar da ESAV.

-Empreitada do pavilhão polidesportivo multiusos.

31 – Repartição do valor líquido consolidado das vendas e prestações de serviços por categorias de atividades e geográficas:

Conta/ Actividade	Mercado interno			Mercado externo			Total		
	Ensino	Ação Social	Total	Ensino	Ação Social	Total	Ensino	Ação Social	Total
Vendas	25.292,87	25.292,87	608.757,50				25.292,87	25.292,87	608.757,50
Prestação de serviço	127.497,61	127.497,61	351.504,00				127.497,61	127.497,61	351.504,00
Impostos e taxas	5.793.842,67	0,00	5.793.842,67				5.793.842,67	0,00	5.793.842,67

34 – Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais:

IPV	346.943,70
SAS	46.710,36
	393.654,06

38 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

Nada a referir

39 - Demonstração dos resultados financeiros:

-em euros-

Código de conta	Custos e perdas	Exercício		Código de conta	Proveitos e ganhos	Exercício	
		2011	2010			2011	2010
681	Juros obtidos	47,80	13,61	781	Juros obtidos	153.504,44	67.419,00
682	Perdas em entidades ou subentidades			782	Ganhos em entidades ou subentidades		
683	Amortizações de investim. em imóveis			783	Rendimentos de imóveis		
684	Provisões para aplicações financeiras			784	Rendimentos de particip de capital		
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis		
687	Perdas na aplicações de tesouraria			786	Descontos de pronto pagamento obtidos		
688	Outros custos e perdas financeiras	55.260,92	38.997,00	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria		
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros		
	Resultados financeiros	98.195,72	28.408,39				
		153.504,44	67.419,00			153.504,44	67.419,00

Como se pode verificar os resultados financeiros aumentou em cerca de 127,7% comparativamente ao ano anterior, neste caso resultante fundamentalmente da taxa de juro de 0,9% para 2%.

40 - Demonstração dos Resultados Extraordinários:

-em euros-

Código de conta	Custos e perdas	Exercício		Código de conta	Proveitos e ganhos	Exercício	
		2011	2010			2011	2010
691	Transferência de capital concedidas			791	Restituições de impostos		
692	Dívidas incobráveis			7892	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências	1,00	11,82	793	Ganhos em existências		24,65
694	Perdas em imobilizações		253,77	794	Ganhos em imobilizações		150,00
695	Multas e penalidades	3,25	21,66	795	Benefícios de penalizações contratuais		
696	Aumentos de amortizações e provisões			796	Reduções de amortizações e provisões		
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	70.706,48	10.078,46	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	59.562,45	7.415,51
698	Outros custos e perdas extraordinárias	124.788,97	20,00	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	398.095,27	352.526,74
	Resultados extraordinários	262.158,02	349.731,19				
		457.657,72	360.116,90			457.657,72	360.116,90

45 - Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

À data da elaboração das Demonstrações Financeiras, existem um conjunto de processos em contencioso, intentados contra o IPV, cujo desfecho se desconhece.

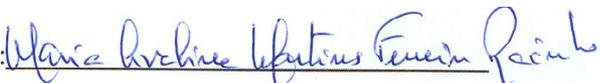
Dividem-se em três grupos:

1. Processos em que o Instituto intervém na qualidade de réu, conjuntamente com outras entidades, cuja eventual obrigação isolada, não é possível de determinar;
2. Processos cujos valores das ações se encontram definidos apenas para efeitos de valor de ação em Tribunal. (encontram-se nessa situação processos que totalizam 95.000,01 euros e correspondem basicamente a ações administrativas de pretensão conexa, com atos administrativos)
3. Outros processos cujo valor reclamado ascende a 277.242,61 euros. (fundamentalmente, ações administrativas movidas por docentes)

De salientar que historicamente não há registos de condenações em processos semelhantes, ressalvada condenação decorrente de montante não pago, referente a mudança de escalão por promoção, no montante de 14.710,27€.

Apenas foram mencionadas as notas ao balanço e demonstração de resultados por natureza aplicáveis à Instituição.

Aprovado em reunião do Conselho Geral de 24 de abril de 2012.

A Presidente do Conselho Geral: 

O Secretário do Conselho Geral: 



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU (IPV)**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total de 42.293.508,17 euros e um total de fundos próprio de 31.175.739,49 euros, incluindo um resultado líquido de 1.100.589,75 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, o respectivo Anexo, os mapas de Execução Orçamental e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data.

RESPONSABILIDADES

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Gestão a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das entidades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação das demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Gestão, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.



- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU** em 31 de Dezembro de 2011, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o Sector Público da Educação em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Coimbra, 20 de Abril de 2012

P. Matos Silva, Garcia Jr, P. Caiado & Associados, SROC, Lda
representada por:


João Paulo Ferreira (ROC n.º 851)

BALANÇO CONSOLIDADO

Instituição: Instituto Politécnico de Viseu

ANO: 2011

Unidade monetária: EURO

Código das contas PÓC - Educação	ACTIVO	Exercícios	
		2011	2010
		AL	AL
	Imobilizado		
	Bens de domínio público:		
451	Terrenos e recursos naturais		0,00
452	Edifícios		0,00
453	Outras construções e infra-estruturas		0,00
454	Infra-estruturas e equipamento de natureza militar		0,00
455	Bens do património histórico, artístico e cultural		0,00
459	Outros bens de domínio público		0,00
445	Imobilizações em curso		0,00
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público		0,00
	Imobilizações incorpóreas:		
431	Despesas de instalação		0,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento		0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos		0,00
443	Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas		0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas		0,00
	Imobilizações corpóreas:		
421	Terrenos e recursos naturais	833.240,35	833.240,35
422	Edifícios e outras construções	24.849.350,37	25.296.441,19
423	Equipamento e material básico	1.396.735,06	1.717.833,02
424	Equipamento de transporte	242.468,62	99.853,04
425	Ferramentas e utensílios	33.841,60	43.939,18
426	Equipamento administrativo	438.251,15	502.590,24
427	Taras e vasilhame		0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	307.773,66	326.113,90
442	Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	502.745,27	131.765,82
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas		0,00
		28.604.406,08	28.951.776,74
	Investimentos financeiros:		
411	Partes de capital		
412	Obrigações e títulos de participação		
414	Investimentos em imóveis		
415	Outras aplicações financeiras		
441	Imobilizações em curso de investimentos financeiros		
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros		
	Circulante		
	Existências:		
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	7.399,93	8.546,63
35	Produtos e trabalho em curso		
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
33	Produtos acabados e intermédios	6.203,38	2.648,08
32	Mercadorias	15.565,33	17.694,92
37	Adiantamentos por conta de compras		
		29.168,64	28.889,63
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)		
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:		
2811+2821	Empréstimos concedidos		
211	Clientes c/c	20.447,91	38.077,76
212	Alunos c/c		
213	Utentes c/c		
214	Clientes, alunos e utentes - Títulos a receber		
218	Clientes, alunos e utentes de cobrança duvidosa		
251	Devedores pela execução do orçamento		
221	Fornecedores c/c	100,00	
229	Adiantamentos a fornecedores		
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		
24	Estado e outros entes públicos	1,48	0,00
26	Outros devedores e credores	59.317,20	688.193,31
		79.866,59	726.271,07
	Títulos negociáveis:		
151	Acções		
152	Obrigações e títulos de participação		
153	Títulos da dívida pública		
159	Outros títulos		
18	Outras aplicações de tesouraria		
	Depósitos em instituições financeiras e caixa:		
13	Conta do tesouro	12.861.136,00	12.025.027,75
12	Depósitos em instituições financeiras	48.629,62	62.113,44
11	Caixa	0,00	2.181,87
		12.909.765,62	12.089.323,06
	Acréscimos e diferimentos:		
271	Acréscimos de proveitos	552.872,19	591.961,58
272	Custos diferidos	117.429,05	130.683,91
		670.301,24	722.645,49
	Total de amortizações	22.390.683,36	20946886,16
	Total de provisões		
	Total do activo	42.293.508,17	42.518.905,99

a) A desenvolver, segundo as rubricas existentes no "curto prazo", atendendo à exigibilidade da dívida ou de parte dela, a mais de um ano

AB = activo bruto

AP = amortizações e provisões acumuladas

AL = activo líquido

Aprovado em reunião do Conselho Geral de 24 de abril de 2012.

A Presidente do Conselho Geral:

M. Adelaide M. F. Paulo

O Secretário do Conselho Geral:

Fred R

BALANÇO CONSOLIDADO

Instituição: Instituto Politécnico de Viseu

ANO: 2011

Unidade monetária: EURO

Código das Contas POC- Educação	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		Total 2011	Total 2010
	Fundos próprios:		
51	Património	38.819.902,12	38.819.902,12
55	Ajustamento de partes de capital em empresas ou entidades		
56	Reservas de reavaliação		
		38.819.902,12	38.819.902,12
	Reservas		
571	Reservas legais		
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios		
576	Doações	205.296,80	0,00
577	Reservas decorrentes da transferência de activos	0,00	7.461,80
		205.296,80	7.461,80
59	Resultados transitados	-8.950.049,18	-10.064.772,93
88	Resultado líquido do exercício	1.100.589,75	1.114.723,75
		31.175.739,49	29.877.314,74
	Passivo:		
29	Provisões para riscos e encargos		
		0,00	0,00
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
		0,00	0,00
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
23111+23211	Empréstimos por dívida titulada		
23112+23212+12	Empréstimos por dívida não titulada		
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores c/c	0,00	2.336,67
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
222	Fornecedores- Títulos a pagar		
2612	Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar		
252	Credores pela execução do orçamento		
219	Adiantamentos de clientes, alunos e utentes		
2611	Fornecedores de Imobilizado c/c		
24	Estado e outros entes públicos	2.304,07	1.747,99
26	Outros devedores e credores	103.492,48	77.956,07
		105.796,55	82.040,73
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	1.497.915,94	2.947.515,21
274	Proveitos diferidos	9.514.056,19	9.612.035,31
		11.011.972,13	12.559.550,52
	TOTAL DO PASSIVO	11.117.768,68	12.641.591,25
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO	42.293.508,17	42.518.905,99

Aprovado em reunião do Conselho Geral de 24 de abril de 2012.

A Presidente do Conselho Geral: 

O Secretário do Conselho Geral: 

Instituto Politécnico de Viseu

Ano:2011

7.3-Fluxos de Caixa Consolidado

Class. Económico	RECEBIMENTOS	Total 2011	Total 2010
	Saldo de Gerência anterior		
	Execução orçamental - Fundos próprios	12.009.230,47	11.050.529,12
	De dotações orçamentais (OE)	151.839,15	1.204.771,32
	De receitas próprias		0,00
	Na posse do serviço	11.856.391,32	9.845.757,80
	De receitas do Estado		0,00
	De operações de tesouraria	77.755,92	0,00
	Descontos em vencimentos e salários receita do estado		0,00
	I-Total do saldo de gerência na posse do serviço	12.086.986,39	11.050.529,12
	Receitas		
	De dotações orçamentais (OE)		
	Correntes		
	Funcionamento		
06.03.01	Estado	18.348.897,00	21.049.121,00
06.03.07	Serviços e fundos autónomos		57.061,20
06.03.10	Serviços e fundos autónomos- Participação portuguesa em projetos co-financiados	1.828,77	18.681,60
06.07.01	Instituições sem fins lucrativos		535,00
	Capital		
	Funcionamento		
10.03.01	Estado	37.777,00	77.000,00
10.03.08	Serviços e fundos autónomos	134.128,40	
10.03.09	Serviços e fundos autónomos- Participação portuguesa em projetos co-financiados	11.000,00	50.040,00
15.01.01	Reposição não abatida em pagamento	3.008,48	2.489,92
	De receitas próprias		
	Correntes		
04.01.22	Propinas	5.237.943,31	5.380.659,86
04.01.99	Taxas diversas	529.425,52	576.329,80
04.02.01	Juros de mora	13.258,84	8.111,12
04.02.99	Multas e penalidades diversas	18.497,20	7.982,51
05.03.01	Administração Central Estado	153.504,44	
05.03.02	Administração Central Serviços e Fundos Autónomos		67.419,00
06.01.02	Privadas	4.150,00	4.800,00
06.02.01	Bancos e outras instituições financeiras	12.110,00	3.000,00
06.03.07	Serviços e fundos autónomos	0,00	1.253,30
06.05.01	Continente	3.200,00	100,00
06.07.01	Instituições sem fins lucrativos	1.485,35	722,55
07.01.03	Publicações e impressos	15.463,96	20.054,65
07.01.06	Produtos agrícolas e pecuários	23.987,46	13.393,31
07.01.07	Produtos alimentares e bebidas	583.468,59	755.971,30
07.01.99	Outros		62,50
07.02.01	Aluguer de espaços e equipamentos	85.286,63	47.839,18
07.02.07	Alimentação e alojamento	207.985,72	189.495,56
07.02.22	Estudos pareceres projetos e consultadoria	306.530,08	241.582,48
07.02.04	Serviços de laboratório	8.763,50	7.908,07
07.02.99	Outros	218.421,85	105.678,75
08.01.99	Outras	311,41	3.884,27
	Capital		
09.04.04	Administração Pública- Administração central- Serviços e Fundos Autónomos		150,00
15.01.01	Reposições não abatidas em pagamentos	1.718,58	1.707,30
	Fundos comunitários		
	Correntes		
06.03.11	Serviços e fundos autónomos- Participação comunitária em projetos co-financiados	4.377,40	76.754,61
06.06.03	Financiamento comunitário em projetos co-financiados	525.370,84	78.607,60
06.07.01	Instituições sem fins lucrativos	2.782,60	
06.09.01	União Europeia -Instituições	404.495,36	118.891,26
	Capital		
10.03.10	Serviços e fundos comunitários- Participação comunitária em projetos co-financiados		8.563,00
15.01.01	Reposições não abatidas em pagamento	2.982,64	1.512,00
	II-Total das receitas de Fundos Próprios	26.902.160,93	28.955.462,67
	Total das receitas do exercício (I+II)	38.989.147,32	40.005.991,79
	III- Total recebido do Tesouro em c/receitas próprias		
	IV- Total de recebimentos (I+II+III)	38.989.147,32	
	Importâncias retidas para entrega ao Estado ou outras entidades-Fundos Alheios		
	Receitas do estado	4.055.492,39	3.681.643,75
	Operações de tesouraria	4.704.334,16	4.651.154,31
	V-Total das retenções de fundos alheios	8.759.826,55	8.332.838,06
	Descontos em vencimentos e salários		
	Receitas do Estado		
	Operações de tesouraria		
	Total Geral do Mapa de Fluxos de caixa (IV+V)	47.748.973,87	48.338.829,85

Aprovado em reunião do Conselho geral de 24 de abril de 2012.

A Presidente do Conselho Geral

O Secretário do Conselho Geral

M. António M.F. Branco
R. R. R.

Alcides
Frey

7.3-Fluxos de Caixa Consolidado

Nota explicativa	Class. Económica	PAGAMENTOS	Total 2011	Total 2010
		<i>Despesa de fundos próprios</i>		
		Despesas orçamentais (OE)		
		Correntes		
	01.01.02	Órgãos sociais	700.715,00	809.630,70
	01.01.03	Pessoal dos quadros-Regime da função pública	7.351.752,02	7.769.686,04
	01.01.06	Pessoal contratado a termo	4.062.806,14	5.396.707,08
	01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	0,00	1.500,00
	01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	6.087,33	16.010,56
	01.01.11	Representação	32.057,26	51.371,12
	01.01.13	Subsídio de refeição	462.897,93	538.148,10
	01.01.14	Subsídio de férias e de natal	1.534.732,22	1.742.355,05
	01.01.15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	51.778,57	53.489,28
	01.02.02	Horas extraordinárias	19.629,98	42.211,75
	01.02.04	Ajudas de custo	50.320,08	72.598,12
	01.02.05	Abono para falhas	3.011,93	3.270,40
	01.02.07	Colaboração técnica especializada	136.398,43	155.734,86
	01.02.10	Subsídio de trabalho noturno	740,96	1.286,44
	01.02.12	Indemnizações por cessação de funções	411,32	37.647,95
	01.02.14	Outros abonos em numerário ou espécie	4.710,87	4.564,22
	01.03.01	Encargos com a saúde	322.452,67	37.581,33
	01.03.02	Outros encargos com a saúde	29.279,63	185.092,28
	01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	12.548,90	52.922,53
	01.03.04	Outras prestações familiares	10.145,54	2.878,92
	01.03.05	Contribuições para a Segurança Social	2.234.087,97	2.508.971,87
	01.03.08	Outras pensões	0,00	9.695,76
	01.03.10	Outras despesas de segurança social	89.523,79	60.209,89
	02.01.01	Matérias-primas e subsidiárias	1.880,28	
	02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	18.209,83	18.716,60
	02.01.04	Limpeza e higiene	9.032,74	13.802,05
	02.01.06	Alimentação- géneros para confeccionar	0,00	1.054,37
	02.01.07	Vestuário e artigos pessoais	0,00	170,72
	02.01.08	Material de escritório	22.068,99	61.487,69
	02.01.09	Produtos químicos e farmacêuticos	3.624,04	6.909,39
	02.01.11	Material de consumo clínico	0,00	
	02.01.12	Material de transporte-peças	5.250,51	2.005,65
	02.01.14	Outro material- peças	4.740,36	8.836,66
	02.01.15	Prémios, condecorações e ofertas	525,89	3.362,61
	02.01.17	Ferramentas e utensílios	3.814,78	7.887,42
	02.01.18	Livros e documentação técnica	697,13	3.230,31
	02.01.19	Artigos honoríficos e decoração	695,00	885,96
	02.01.20	Material de educação, cultura e recreio	17,65	19.465,80
	02.01.21	Outros bens	29.828,99	59.597,15
	02.02.01	Encargos das instalações	122.713,43	124.594,90
	02.02.02	Limpeza e higiene	86.846,26	178.424,18
	02.02.03	Conservação de bens	45.975,93	170.641,25
	02.02.08	Locação de outros bens	80.085,00	79.872,00
	02.02.09	Comunicações	44.485,81	54.816,33
	02.02.10	Transportes	3.364,20	1.925,00
	02.02.11	Representação de serviços	3.557,70	6.773,35
	02.02.12	Seguros	222,04	411,53
	02.02.13	Deslocações e estadas	40.288,83	60.234,59
	02.02.14	Estudos pareceres projetos e consultadoria	24.827,54	67.050,32
	02.02.15	Formação	3.229,60	35.794,56
	02.02.16	Seminários, exposições e similares	0,00	550,00
	02.02.17	Publicidade	12.785,06	40.940,69
	02.02.18	Vigilância e segurança	147.722,59	228.610,74
	02.02.19	Assistência técnica	112.008,97	128.619,02
	02.02.20	Outros trabalhos especializados	127.260,48	173.194,56
	02.02.22	serviços de saúde	16.677,82	15.840,00
	02.02.25	Outros serviços	132.750,14	239.937,59
	03.06.01	Outros encargos financeiros	0,00	3.253,45
	04.03.05	Serviços e fundos autónomos	0,00	
	04.07.01	Instituições sem fins lucrativos	0,00	7.849,96
	04.08.02	Outras	64.347,03	146.414,25
	06.02.03	Outras	34.848,86	21.898,43
		PIDDAC		
	02.02.14	Estudos pareceres projetos e consultadoria	8.467,94	6.534,00
		Capital		
	07.01.04	Outras construções	0,00	42.868,62
	07.01.07	Equipamento de informática	6.486,38	225.976,26
	07.01.08	Software de informática	6.234,96	
	07.0.109	Equipamento administrativo	1.527,17	35.256,04
	07.01.10	Equipamento básico	22.121,63	334.627,69
	07.01.11	Ferramentas e utensílios	0,00	9.931,91
	07.01.12	Artigos e objetos de valor	0,00	1.900,00
		PIDDAC		
	07.01.03	Edifícios	386.371,65	
			0,00	
		I- Total despesa por c/ OE	18.751.681,75	22.205.317,85
		Despesas orçamentais com compensação em receita própria e com ou sem transição de saldos		
	01.01.01	Órgãos sociais	87.250,37	70.287,00
	01.01.03	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	1.116.681,32	524.664,97
	01.01.06	Pessoal contratado a termo	714.956,88	591.507,69
	01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	78.295,44	58.032,55
	01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	230,52	13.618,42
	01.01.11	Representação	8.143,20	
	01.01.13	Subsídio de refeição	94.089,45	42.610,33
	01.01.14	Subsídio de férias e de natal	866.814,30	788.458,79
	01.01.15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	15.436,89	277,42
	01.02.02	Horas extraordinárias	16.844,89	26.922,10
	01.02.04	Ajudas de custo	21.202,58	18.911,74
	01.02.05	Abono para falhas		86,29
	01.02.07	Colaboração técnica especializada	111.292,74	57.319,33
	01.02.10	Subsídio de trabalho noturno	498,78	
	01.02.14	Outros abonos em numerário ou espécie	648,15	345,68
	01.03.01	Encargos com a saúde	65.757,51	122.480,93
	01.03.02	Outros encargos com a saúde	1.421,81	26.283,99
	01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	4.660,85	6.128,84
	01.03.04	Outras prestações familiares	404,48	261,72
	01.03.05	Contribuições para a segurança social	476.931,98	321.247,37
	01.03.06	Acidentes em serviço e doenças profissionais	311,71	1.089,10
	01.03.08	Outras pensões	22.623,44	12.927,68

			27.996.761,32
	Importâncias entregues ao Estado e outras Entidades		
	Receitas do Estado	4.055.492,39	3.681.643,75
	Operações de Tesouraria	4.678.597,60	4.651.194,31
	V-Total da despesa de fundos alheios	8.734.089,99	8.332.838,06
	Saldo para a gerência seguinte		
	Execução orçamental	12.806.272,94	12.009.230,47
	De dotações orçamentais (OE)	185.932,64	151.839,15
	De receitas próprias		
	Na posse do serviço	12.620.340,30	11.857.391,32
	Na posse do Tesouro		
	De receita do Estado		
	De operações de tesouraria	103.492,48	
	Desconto em vencimentos e salários		
	Receitas do Estado		
	VI- Total do saldo de gerência na posse do serviço	12.909.765,42	12.009.230,47
	Descontos em vencimentos e salários		
	Retidos na fonte e considerados pagos:		
	Receitas do Estado 4010645,51		
	Operações de Tesouraria 4476539,56		
	Total Geral do Mapa de Fluxos de Caixa (IV+V+VI)	47.748.973,87	48.338.829,85

Aprovado em reunião do Conselho geral de 24 de abril de 2012

A Presidente do Conselho Geral

M. Ardine M. F. Pinho

O Secretário do Conselho Geral

F. R. J.

Demonstração de Resultados Consolidada

Instituição: Instituto Politécnico de Viseu

Ano: 2011

2011

Unidade monetária: Euros

		Exercício			
		2011		2010	
	Custos e Perdas				
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	256.712,73		254.217,67	
	Matérias	15.574,71		4.378,50	
			272.287,44		258.596,17
62	Fornecimentos e serviços externos	3.120.144,14	3.120.144,14	3.534.748,37	
	Custos com pessoal:				
641+642	Remunerações	16.283.797,13		18.680.628,31	
643 a 649	Encargos sociais				
	Colaboração técnica especializada	254.721,72		217.732,19	
	Outros	3.017.166,70	19.555.685,55	3.353.578,50	25.786.687,37
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais	606.406,29	606.406,29	518.921,74	518.921,74
			23.554.523,42		26.564.205,28
66	Amortizações do exercício	1.440.657,49		1.597.713,53	
			1.440.657,49		1.597.713,53
67	Provisões do exercício				
65	Outros custos e perdas operacionais		82.187,78	68.009,77	68.009,77
67	Provisões do exercício (A)		25.077.368,69		28.229.928,58
68	Custos e perdas financeiros		55.383,75	39.010,61	
	(C)		25.132.752,44		28.268.939,19
69	Custos e perdas extraordinários		195.499,70	10.385,71	10.385,71
	(E)		25.328.252,14		28.279.324,90
88	Resultado líquido do exercício		1.100.589,75	1.114.723,75	1.114.723,75
			26.428.841,89		29.394.048,65

Aprovado em reunião do Conselho Geral de 24 de abril de 2012.

A Presidente do Conselho Geral:

M. António M. F. B. B. B.

O Secretário do Conselho Geral:

[Assinatura]

Demonstração de Resultados Consolidada

Instituição: Instituto Politécnico de Viseu

Ano: 2011

Unidade monetária: Euros

	Proveitos e ganhos	Exercício			
		Total 2011		Total 2010	
71	Vendas e prestações de serviços				
711	Vendas	583.464,59		735.971,30	
	Vendas de produtos	25.292,87		12.595,02	
712	Prestações de serviços	351.504,00	960.261,46	326.571,81	1.075.138,13
72	Impostos e taxas	5.793.842,67	5.793.842,67	5.927.653,86	5.927.653,86
	Variação da produção a)	3.555,30	3.555,30	2.648,08	2.648,08
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares	428.169,24	428.169,24	285.643,86	285.643,86
74	Transferência e subsídios correntes obtidos:				
741	Transferências - Tesouro				
742 e 743	Outras	18.631.851,06	18.631.851,06	21.675.428,82	21.675.428,82
76	Outros proveitos e ganhos operacionais				
	(B)		25.817.679,73		28.966.512,75
78	Proveitos e ganhos financeiros	153.504,44	153.504,44	67.419,00	67.419,00
	(D)		25.971.184,17		29.033.931,75
79	Proveitos e ganhos extraordinários	457.657,72	457.657,72	360.116,90	360.116,90
	(F)		26.428.841,89		29.394.048,65

Resumo

Resultados operacionais: (B) - (A) =	740.311,04	736.584,17
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A) =	98.120,69	28.408,39
Resultados correntes: (D) - (C) =	838.431,73	764.992,56
Resultado líquido do exercício: (F) - (E) =	1.100.589,75	1.114.723,75

Aprovado em reunião do Conselho Geral de 24 de abril de 2012.

A Presidente do Conselho Geral: Ul. Rocha U.F. Bial

O Secretário do Conselho Geral: FRJ